JUCESP
11 02 22

001641

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE LIMITADA E TRANSFORMAÇÃO DA PHELCOM TECHNOLOGIES LTDA – ME EM SOCIEDADE ANÔNIMA

PHELCOM TECHNOLOGIES LTDA. – ME

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

DA QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

FLÁVIO PASCOAL VIEIRA, brasileiro, natural de Franca/SP, solteiro, nascido em 24/10/1985, Engenheiro Eletrônico, portador do CPF sob o nº 196.355.238-58, RG nº 44.325.069-8 expedido em 31/07/2007 pela SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Passeio das Palmeiras, 321 - casa 152 - Swiss Park, São Carlos/SP, CEP: 13561-410,

DIEGO LENCIONE, brasileiro, natural de Santa Rita do Passa Quatro/SP, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/07/1986, Físico, portador do CPF sob o nº 353.402.038-32, RG n.º 33.136.652-6 expedido em 30/05/2013 pela SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Nestor de Campos, 60, Planalto Paraíso - São Carlos - SP, CEP: 13.562-101; e

JOSÉ AUGUSTO STUCHI, brasileiro, natural de Borborema/SP, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 27/05/1984, Engenheiro da Computação, portador do CPF sob o n° 315.767.158-84, RG n° 34.778.725 expedido em 19/01/2009 pela SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Ray Wesley Herrick, 1501 - Village Damha I, São Carlos - SP, CEP 13565-090.

Flávio Diego

JUCESP
11 02 22

Por este instrumento particular, as partes acima qualificadas, únicos sócios da **Phelcom Technologies Ltda - ME**, com sede à Rua José Missali, 820, Parque Santa Felícia Jardim, CEP: 13562-405, São Carlos – SP, inscrita no CNPJ sob nº 24.476.108/0001-13 ("sociedade"), com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em sessão de 28 de março de 2016 sob NIRE nº 3522964967-9, consolidam suas participações societárias com o seguinte quadro:

Nome do Sócio	Percentual	Cotas	Valor
FLÁVIO PASCOAL VIEIRA	33,34 %	30.000	30.000,00
DIEGO LENCIONE	33,33 %	30.000	30.000,00
JOSÉ AUGUSTO STUCHI	33,33 %	30.000	30.000,00
Total	**100,00 %**	**90.000**	**90.000,00**

1. Transformação do Tipo Societário

1.1. Por deliberação **unânime** dos sócios acima nomeados, aprova-se por unanimidade, a transformação do tipo de sociedade, com **alteração** de sociedade limitada **para** sociedade anônima de capital fechado.

1.2. Os sócios expressamente renunciam ao direito de retirada, com manifestação de integral e irrevogável concordância com a transformação do tipo societário, passando a sociedade a ser regida pelas regras da Lei nº 6.404/76 e acordos que sejam feitos entre os sócios.

JUCESP
11 02 22

1.3. Em decorrência da transformação, as **90.000** (*noventa mil*) quotas de capital social da sociedade limitada são convertidas em **90.000** (*noventa mil*) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social da sociedade, de **R$ 90.000,00** (*noventa mil reais*) passa a ser dividido em **90.000** (*noventa mil*) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com distribuição entre os agora acionistas na mesma proporção em que estes participavam no capital social da sociedade antes da transformação, conforme registrado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, conforme proporção descrita e nos boletins de subscrição contidos no Anexo I:

Acionista	Percentual	Nº de Quotas Antes da Transformação	Nº de Ações Ordinárias
FLÁVIO PASCOAL VIEIRA	33,34 %	30.000	30.000
DIEGO LENCIONE	33,33 %	30.000	30.000
JOSÉ AUGUSTO STUCHI	33,33 %	30.000	30.000
Total	**100,00 %**	**90.000**	**90.000**

1.4. As ações serão devidamente registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia.

1.5. Em decorrência da transformação do tipo de sociedade, os sócios, doravante designados por "Acionistas", resolvem alterar a denominação da sociedade de Phelcom Technologies Ltda-ME para **Phelcom Technologies S/A** (doravante designada "Companhia").

Flávio Diego

JUCESP
10 02 22

2. Aprovação do Estatuto

2.1. Os Acionistas neste ato aprovam o Estatuto Social da Companhia, que segue no Anexo II do presente instrumento para todos os efeitos legais, tendo sido rubricado pelos Acionistas.

2.2. O Estatuto será arquivado na sede na Companhia e na JUCESP, juntamente com o presente instrumento. O Acordo de acionistas será arquivado apenas na sede da Companhia.

3. Eleição de Diretoria

3.1. Os acionistas aprovam, por unanimidade, preservação dos administradores da sociedade limitada transformada, convertendo suas atribuições para Diretores na forma abaixo discriminada:

Diretor Executivo: José Augusto Stuchi, acima qualificado
Diretor Financeiro e de Operações: Flávio Pascoal Vieira, acima qualificado
Diretor de Tecnologia: Diego Lencione, acima qualificado

JUCESP
11 02 22

3.2. Os acionistas aprovam, por unanimidade, a eleição dos Diretores, que tomam posse e assinam o respectivo Termo de Posse encartado no Anexo III do presente instrumento.

São Carlos/SP, 15 de dezembro de 2021.

FLÁVIO PASCOAL VIEIRA

DIEGO LENCIONE

JOSÉ AUGUSTO STUCHI

TESTEMUNHAS:

Luis Carlos Bacchini
8.943.326 SSP/SP

Fabio Luis Bacchini
26.766.943-4 SSP/SP

art. 1º, §2º, Lei nº 8.906/94
Gustavo Saad Diniz
Advogado
OAB/SP 165.133

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
NIRE S/A
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELE SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
3530058642-5
JUCESP
1 FEV 2022
SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELE SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
86.664/22-0
JUCESP

JUCESP
11 02 22

ANEXO I

DO INSTRUMENTO DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE LIMITADA E TRANSFORMAÇÃO DA PHELCOM TECHNOLOGIES LTDA. – ME EM SOCIEDADE ANÔNIMA

Boletins de Subscrição

PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

JUCESP
11 02 22

PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

CNPJ Nº 24.476.108/0001-13

Boletim de Subscrição de Ações

Subscritor: FLÁVIO PASCOAL VIEIRA, brasileiro, natural de Franca/SP, solteiro, nascido em 24/10/1985, Engenheiro Eletrônico, portador do CPF sob o nº 196.355.238-58, RG nº 44.325.069-8 expedido em 31/07/2007 pela SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Passeio das Palmeiras, 321 - casa 152 - Swiss Park, São Carlos/SP, CEP: 13561-410 ("Subscritor").

Número de Ações Subscritas: 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço de emissão: R$ 1,00 por ação, com preço total de R$ 30.000,00.

Forma e Prazo de Integralização: As ações são integralizadas como consequência da conversão das 30.000 (trinta mil) quotas antes detidas pelo Subscritor no capital social da Companhia, tendo em vista a transformação de seu tipo societário de sociedade limitada para sociedade anônima.

São Carlos, 15 de dezembro de 2021.

Flávio Pascoal Vieira

FLÁVIO PASCOAL VIEIRA

JUCESP
11/02/22

PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

CNPJ Nº 24.476.108/0001-13

Boletim de Subscrição de Ações

Subscritor: DIEGO LENCIONE, brasileiro, natural de Santa Rita do Passa Quatro/SP, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/07/1986, Físico, portador do CPF sob o nº 353.402.038-32, RG n.º 33.136.652-6 expedido em 30/05/2013 pela SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Nestor de Campos, 60, Planalto Paraíso - São Carlos - SP, CEP: 13.562-101 ("Subscritor").

Número de Ações Subscritas: 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço de emissão: R$ 1,00 por ação, com preço total de R$ 30.000,00.

Forma e Prazo de Integralização: As ações são integralizadas como consequência da conversão das 30.000 (trinta mil) quotas antes detidas pelo Subscritor no capital social da Companhia, tendo em vista a transformação de seu tipo societário de sociedade limitada para sociedade anônima.

São Carlos, 15 de dezembro de 2021.

Diego Lencione

DIEGO LENCIONE

JUCESP
11 00 23

PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

CNPJ Nº 24.476.108/0001-13

Boletim de Subscrição de Ações

Subscritor: JOSÉ AUGUSTO STUCHI, brasileiro, natural de Borborema/SP, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 27/05/1984, Engenheiro da Computação, portador do CPF sob o n° 315.767.158-84, RG n° 34.778.725 expedido em 19/01/2009 pela SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Ray Wesley Herrick, 1501 - Village Damha I, São Carlos - SP, CEP 13565-090 ("Subscritor").

Número de Ações Subscritas: 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço de emissão: R$ 1,00 por ação, com preço total de R$ 30.000,00.

Forma e Prazo de Integralização: As ações são integralizadas como consequência da conversão das 30.000 (trinta mil) quotas antes detidas pelo Subscritor no capital social da Companhia, tendo em vista a transformação de seu tipo societário de sociedade limitada para sociedade anônima.

São Carlos, 15 de dezembro de 2021.

JOSÉ AUGUSTO STUCHI

JUCESP
11 02 22

ANEXO II

DO INSTRUMENTO DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE LIMITADA E TRANSFORMAÇÃO DA PHELCOM TECHNOLOGIES LTDA. – ME EM SOCIEDADE ANÔNIMA

Estatuto Social da

PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

Capítulo I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º. A Phelcom Technologies S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades Anônimas").

Artigo 2º. A Companhia tem sede na Rua José Missali, nº 820, Parque Santa Felícia Jardim, CEP: 13562-405, São Carlos – SP e poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social:

(a) Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação;

(b) Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;

(c) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;

JUCESP
11 00 20

(d) Consultoria em tecnologia da informação;

(e) Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle;

(f) Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;

(g) Serviços de consulta a banco de dados;

(h) Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética;

(i) Participações societárias.

Capítulo II

Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 90.000 (noventa mil) ações ordinárias, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital social, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação.

Parágrafo 3º. Por deliberação da Assembleia Geral e observado o que dispuser a respeito o presente Estatuto Social e o Acordo de Acionistas arquivado na sede da

Companhia, o capital social poderá ser aumentado mediante emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir.

Parágrafo 4º. Em caso de aumento do capital social em decorrência da utilização de reservas de lucros que tenham sido, a qualquer título, retidos por decisão da Assembleia Geral, o aumento será calculado *pro-rata* entre os Acionistas, e será representado por bonificação em novas ações.

Parágrafo 5º. As Ações da Companhia não poderão ser objeto de gravames ou restrições, como penhoras, alienação fiduciária, garantias reais, dentre outras.

Artigo 6º. Cada ação ordinária nominativa de emissão da Companhia atribuirá aos seus titulares o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, de acordo com o presente Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 7º. Exceto quanto ao direito de voto que for estabelecido no presente Estatuto ou na legislação, as ações preferenciais não possuirão o direito de voto, sendo vedada a sua conversão em outro tipo de ação ao qual se confira tal direito.

Parágrafo 1º. O capital da Companhia poderá ser representado por ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 50%

(cinquenta por cento) do total das ações representativas do capital social, sem guardar proporção atual ou futura com as ações ordinárias.

Parágrafo 2º. Assistem aos titulares de ações preferenciais:

a) Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade;

b) Prioridade no recebimento do dividendo anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas;

c) Participação integral nos resultados da Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital, realizados mediante a reavaliação do ativo e a incorporação ao capital social de quaisquer reservas ou fundos;

d) Direito de acompanhar a alienação às ações do bloco de controle da Companhia, recebendo 100% (cem por cento) do valor pago por ação aos alienantes do controle (*tag along*).

Artigo 8º. Em caso de aumento do capital social da Companhia ou transferência de ações, os Acionistas terão direito de preferência na subscrição, proporcionalmente ao número de ações detidas por cada um na ocasião, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas, em observância aos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo 1º. Aos acionistas é assegurado o direito de preferência na subscrição, na proporção do número de ações que possuírem, observados os seguintes critérios:

a) no caso de emissão, em igual proporção do número de ações ordinárias e preferenciais, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas as de que for possuidor;

b) no caso de emissão de ações das duas espécies, mas em desigual proporção, a preferência será exercida, primeiro, sobre as ações de espécie idêntica às de que forem possuidores os acionistas, estendendo-se às demais, se insuficientes aquelas, para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento;

c) no caso de emissão de ações de uma única espécie, cada acionista exercerá a preferência proporcionalmente ao número de ações possuídas, independentemente da espécie.

Parágrafo 2º. O direito de preferência a que se refere o parágrafo anterior deverá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da deliberação de aumento do capital.

Capítulo III

Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 9º. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas,

JUCESP
11 02 22

instaladas e realizadas na forma prevista em lei e suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta das ações com direito a voto em relação ao capital social, ressalvadas as exceções previstas em Lei e no Estatuto.

Parágrafo único. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Art. 10. Compete à Assembleia Geral Ordinária:

a) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

d) fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia;

e) avaliar e deliberar sobre as propostas de orçamento de cada diretoria e suas respectivas atividades planejadas dentro do próximo exercício;

Art. 11. Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

a) reformar o Estatuto Social;

Flávio Diego

JUCESP
11 02 22

b) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social;

c) autorizar a emissão de debêntures;

d) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades;

e) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência, ressalvada a urgência, com pedido antecedente feito pelos Diretores e concordância do bloco de controle, com posterior convocação para deliberação da assembleia;

(f) distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório;

(g) deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela Diretoria ou que sejam previstas em Lei ou no Estatuto.

(h) deliberar sobre abertura ou encerramento de filiais, subsidiárias no Brasil e no exterior.

Art. 12. A competência para convocação será da Diretoria, respeitadas as demais regras da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais serão convocadas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades Anônimas com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 5 (cinco) dias de antecedência em segunda convocação, por meio de notificação escrita encaminhada aos Acionistas em seus endereços eletrônicos informados à Companhia, acompanhada de todos e

JUCESP
11 02 22

quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia Geral a ser realizada ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das demais formalidades previstas na Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por digital e a participação em tal Assembleia constituirá comparecimento e presença pessoal.

Parágrafo 3º. Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas da Companhia.

Parágrafo 4º. Só poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até 05 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia. Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à Assembleia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação.

Parágrafo 5º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo 6º. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador

Flávio

JUCESP
11 02 22
001659

da Companhia ou advogado. A prova de representação deverá ser depositada na sede da Companhia até a data da Assembleia Geral.

Parágrafo 7º. A Assembleia Geral será presidida por um acionista eleito pelos demais e este convidará uma pessoa presente para servir de Secretário.

Parágrafo 8º. O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo do Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13. A Companhia terá uma Diretoria composta por até 3 (três) Diretores ("Diretores"), acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandatos coincidentes de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente de forma ilimitada. Findos, normalmente, os mandatos, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo 1º. A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios da Companhia para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, podendo inclusive:

Flávio Diego

a) Contrair empréstimos nacionais e/ou internacionais;

b) Promover transações e renunciar direitos;

c) Adquirir, alienar e onerar bens patrimoniais da Sociedade.

Parágrafo 2º. Ressalvada a alçada prevista no Parágrafo 6º deste art. 13, a representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, será exercida por 02 (dois) Diretores, em conjunto e indistintamente, ou por um Diretor e um Procurador legalmente constituído. Os títulos de crédito do movimento normal da Companhia poderão ser assinados por 02 (dois) Procuradores legalmente constituídos.

Parágrafo 3º. As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto e o instrumento de mandato deverá especificar os poderes outorgados.

Parágrafo 4º. Compete à Diretoria, em conjunto, elaborar o balanço anual e o relatório respectivo.

Parágrafo 5º. A Diretoria deverá encaminhar trimestralmente aos Acionistas, ou sempre que solicitado por eles, um relatório financeiro sobre a situação da Companhia.

Parágrafo 6º. Cada Diretor, individualmente e em sua área de atribuições, poderá

JUCESP
11 02 20

assinar contratos representando a Companhia no teto de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), devendo passar por aprovação dos três Diretores, caso o valor seja superior.

Artigo 14. A Diretoria terá a seguinte composição: 01 (um) Diretor Executivo e até 02 (dois) Diretores assim designados: Diretor Financeiro e de Operações e Diretor de Tecnologia.

Parágrafo 1º. Compete especificamente a cada membro da Diretoria:

a) Ao Diretor Executivo:

(i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria;

(ii) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;

(iii) Estruturar e dirigir todos os serviços da Companhia de acordo com o planejamento da Diretoria;

(iv) Elaborar e acompanhar orçamentos de custos e de investimentos da sociedade;

(v) Desenvolver a administração central, bem como supervisionar e controlar as atividades das áreas de apoio da empresa;

(vi) Garantir a viabilização dos meios e instrumentos necessários ao bom funcionamento das áreas da empresa e captar negócios do interesse da Companhia;

(vii) Elaborar, semestralmente, os orçamentos de custeio e investimentos da Sociedade;

Flávio Diego

JUCESP
11 02 22

(viii) Fomentar o relacionamento com instituições governamentais relacionadas com o segmento de atuação da empresa;

(ix) Liderar a gestão de Recursos Humanos;

(x) Propor e contratar operações estruturadas de engenharia financeira, no país e no exterior;

(xi) Coordenar as atividades de marketing e propaganda, pré-vendas, comercial e internacional visando o incremento permanente das atividades e dos resultados da companhia;

(xii) Zelar para que as demonstrações financeiras da Companhia, assim como os relatórios que lhe incumbem, na forma de disposições legais e regulamentares, sejam sempre elaborados e entregues tempestivamente;

(xiii) Avaliar e monitorar oportunidades de parcerias estratégicas e novos modelos de negócios da Companhia;

b) Ao Diretor Financeiro e de Operações:

(i) Liderar o Planejamento e Controle, Custos Industriais, Tecnologia de Informática, Administração Industrial, Suprimentos, Assistência Técnica, Logística, Serviço Especializado de Medicina do Trabalho "SESMT" e outros afins;

(ii) Liderar o controle de insumos, matéria prima e demais itens ligados à produção;

(iii) Fomentar e monitorar, de forma permanente, o sistema da qualidade total abrangendo os empregados da sociedade, seus clientes, fornecedores, os meios de comunicação e o público em geral, atendendo aos requisitos legais normativos e estatutários, aplicáveis à Companhia e seus produtos com especial destaque para a

ABNT NBR ISO 13.485 e suas equivalências internacionais quando for o caso;

(iv) Controlar as atividades das áreas de contabilidade, controle financeiro, contas a pagar, contas a receber e importação e exportação em seus aspectos financeiros;

(v) Elaborar e acompanhar o fluxo de caixa, provendo as eventuais necessidades de recursos e aplicando os excedentes;

(vi) Estabelecer o planejamento fiscal e tributário; e

(vii) Zelar pela liquidez financeira da sociedade, pela redução do custo de financiamentos e pela minimização de riscos;

c) Ao Diretor de Tecnologia:

(i) Liderar a pesquisa e desenvolvimento de produtos nas áreas de atuação da Companhia;

(ii) Liderar a transição dos produtos em Pesquisa e Desenvolvimento para produção em escala;

(iii) Liderar a área de engenharia de produto;

(iv) Liderar a realização de testes de validação das tecnologias desenvolvidas;

(v) Liderar a proteção da propriedade intelectual desenvolvida pela Companhia;

(vi) Avaliar a manutenção ou descontinuação de produtos;

(vii) Monitorar as tendências do setor e inovações do mercado;

(viii) Liderar a área de dados da companhia;

Parágrafo 2º. Caberá aos Diretores designados comparecer às reuniões da Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor de Executivo na gestão da sociedade, além

de outras atribuições no cumprimento normal das atividades da Companhia que lhe forem atribuídas em sua área de competência.

Parágrafo 3º. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor indicado pelo ausente ou impedido.

Artigo 15. Os Diretores são investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos. Em caso de vacância ou impedimento de qualquer Diretor, a Assembleia Geral será convocada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da vacância ou impedimento para deliberar a eleição de um substituto para completar o mandato do Diretor vacante ou impedido.

Artigo 16. Os membros da Diretoria deverão sempre observar as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

Artigo 17. A Diretoria poderá estruturar Comitês auxiliares e consultivos no interesse da Companhia.

Artigo 18. A Assembleia Geral determinará a remuneração global anual da Diretoria, nos termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Capítulo V

Conselho Fiscal

Artigo 19. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo 2º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, se for o caso.

Parágrafo 3º. O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo 5º. Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 6º. Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal, e sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante.

Parágrafo 7º. As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas através de meio digital tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônica ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro, agindo conforme disposto neste parágrafo, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião, bem como arquivado na sede da companhia.

Capítulo VI

Exercício Social. Demonstrações Financeiras e Lucros

Artigo 20. O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

JUCESP
11 02 22

Artigo 21. No final de cada exercício social, os órgãos de administração farão encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o lucro do exercício, o lucro ou prejuízo acumulado, e evidenciar o estado do patrimônio da Sociedade, os quais serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral juntamente com os demais demonstrativos exigidos por Lei.

Artigo 22. Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da Lei das Sociedades Anônimas, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do Artigo 182, da Lei das Sociedades Anônimas, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

Artigo 23. Observado o disposto no presente estatuto social, caberá à assembleia geral, constituídas a reserva legal e outras reservas cuja constituição for deliberada em assembleia geral, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

JUCESP
11 02 22

Parágrafo único. O saldo dos lucros terá destinação que a Assembleia Geral determinar, com respaldo em recomendação dos órgãos da Diretoria.

Artigo 24. Observadas as disposições deste estatuto social e da legislação, a Companhia poderá creditar ou pagar aos Acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Capítulo VII

Liquidação e Extinção

Artigo 25. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo VIII

Acordo de Acionistas

Artigo 26. A Companhia deverá observar o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede. Os Diretores, os Acionistas, procuradores e demais empregados e pessoas relacionadas à Companhia, incluindo os presidentes das Reuniões de Diretoria e das Assembleias Gerais da Companhia, deverão observar o Acordo de Acionistas, inclusive

não computar votos contrários aos seus termos, de acordo com o Artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo único. Na hipótese de haver divergência entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, prevalecerá sempre o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social, ficando os Acionistas comprometidos a tomar todas as medidas necessárias para adequar o presente Estatuto Social ao Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO IX

TRANSFERÊNCIA E PREFERÊNCIA DE AÇÕES

Artigo 27. Direito de Preferência: No caso de qualquer Acionista ou grupo de Acionistas da Companhia ("Acionista Ofertante") receber uma proposta ("Proposta") de um proponente ("Proponente") para lhe vender, ceder, alugar, onerar, transferir, outorgar participação sobre, prometer, vender ou ceder ou onerar ou transferir, conferir ao capital de outra sociedade, caucionar ou, de qualquer outra forma, dispor, parte ou totalidade das ações ordinárias e/ou preferenciais ou direitos delas recorrentes ou relativos, o Acionista Ofertante deverá conferir a todos os demais Acionistas da Companhia ("Acionistas Ofertados") direito de preferência na aquisição das ações objeto da Proposta ("Ações Ofertadas").

Parágrafo 1º. Para que seja válida e permita a transferência de ações, a Proposta deverá ser vinculante e irretratável para o Proponente e deverá conter, no mínimo:

JUCESP
11 02 22

a) informação do preço, moeda, local de pagamento e todos os demais termos e condições do negócio;

b) o nome do Proponente e sua qualificação completa;

c) declaração do Proponente de que age munido de boa-fé objetiva, não tem conflitos de interesses com a Companhia e não está atuando em nome ou em favor de terceiros sob qualquer forma, incluindo qualquer compromisso de revenda ou compartilhamento de ações.

Parágrafo 2º. Recebida a Proposta, o Acionista Ofertante notificará por escrito ("Notificação de Oferta") os Acionistas Ofertados, oferecendo-lhes o direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas nos mesmos termos da Proposta. A Notificação de Oferta deverá conter uma cópia da Proposta.

Parágrafo 3º. Caso a Proposta estabeleça o pagamento da parte ou totalidade do preço de aquisição das ações ou quotas de outras sociedades, o Acionista Ofertante deverá incluir na Notificação de Oferta o valor atribuído a referidos bens para a formação do preço de aquisição das Ações Ofertadas e apresentar juntamente com a Notificação de Oferta pelo menos 3 (três) laudos de avaliação preparados por empresas de primeira linha e que tenham comprovada experiência no mercado correspondente. Os Acionistas Ofertados terão o direito de substituir os bens por pagamento em moeda corrente nacional.

Parágrafo 4°. Juntamente com a Proposta, o Acionista Ofertante deverá enviar aos

JUCESP
11 02 20

Acionistas Ofertados, sob pena de necessária aprovação unânime dos Acionistas Ofertados, declaração garantindo e comprovando que o Proponente:

a) é economicamente capaz de efetuar a aquisição e o pagamento das ações.

b) não apresenta conflito de interesses com a Companhia.

Parágrafo 5°. Direito de Preferência dos Acionistas: Os Acionistas Ofertados terão o direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção do número de ações de que forem titulares, desconsiderando as ações do Acionista Ofertante.

Parágrafo 6º. Exercício do Direito de Preferência: No prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento pelos Acionistas Ofertados da Notificação de Oferta, cada um dos Acionistas Ofertados deverá, por sua vez, enviar notificação por escrito ("Resposta") ao Acionista Ofertante, indicando se:

a) deseja exercer o direito de preferência sobre a totalidade das Ações Ofertadas a que fizer jus; ou

b) deseja renunciar a seu direito de preferência.

Parágrafo 7º. O silêncio do Acionista Ofertado será interpretado como renúncia ao direito de preferência e a preferência não poderá ser de modo algum cedida.

Parágrafo 8°. Direito de Preferência da própria Companhia: Caso os Acionistas Ofertados não tenham adquirido a totalidade das Ações Ofertadas, a Companhia

analisará sua intenção de adquirir as Ações Ofertadas remanescentes, para manutenção em tesouraria ou cancelamento.

Parágrafo 9°. No prazo de até 10 (dez) dias contados do término do prazo indicado no Parágrafo 6° acima, a Companhia deverá comunicar aos Acionistas se:

a) deseja adquirir as Ações Ofertadas remanescentes; ou

b) deseja renunciar a tal direito (sendo que a ausência de resposta nesse sentido, no prazo previsto, será entendida como renúncia), não sendo permitida a cessão do direito de preferência a qualquer terceiro pela Companhia.

Parágrafo 10°. Em até 30 (trinta) dias após o final do prazo estabelecido no Parágrafo 8º acima, as Ações Ofertadas deverão ser alienadas aos Acionistas Ofertados e/ou à Companhia, conforme tenham exercido seu direito de preferência nos mesmos termos e condições da Proposta.

Parágrafo 11. Não sendo exercido o direito de preferência sobre a totalidade das Ações Ofertadas, seja pelos Acionistas Ofertados, seja pela Companhia, e desde que sejam cumpridos todos os requisitos acima, o Acionista Ofertante estará livre para, nos termos da Proposta, e em até 120 (cento e vinte) dias contados do término do prazo estabelecido no Parágrafo 8º acima, alienar ao Proponente a parcela das Ações Ofertadas sobre a qual os Acionistas Ofertados e/ou a Companhia não tenham exercido o direito de preferência.

Artigo 28. Direito de Venda Conjunta (*"Tag Along"*): Não havendo o interesse dos Acionistas Ofertados e/ou da Companhia em exercer o direito de preferência e, desde que as Ações Ofertadas a serem alienadas ao Proponente representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social votante da Companhia, os Acionistas Ofertados terão o direito de agregar as ações ordinárias e preferenciais de sua titularidade às Ações Ofertadas para uma venda conjunta ao Proponente, nos mesmos termos e condições da Proposta entregue ao Acionista Ofertante e notificada aos Acionistas Ofertados (*"Tag Along"*). O exercício do *Tag Along* pelos Acionistas Ofertados deverá ser feito dentro no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pelos Acionistas Ofertados da Notificação de Oferta.

Parágrafo 1º. A quantidade e a natureza das ações de titularidade dos Acionistas que exercerem o *Tag Along* a serem Alienadas serão apuradas de forma proporcional à participação do Acionista Ofertante que estiver sendo Alienada ao Proponente.

Parágrafo 2º. A Alienação das ações de titularidade dos Acionistas Ofertados que exercerem o *Tag Along* ao Proponente ocorrerá nos mesmos termos e condições constantes da Proposta, ficando todos os Acionistas envolvidos no *Tag Along* e a Companhia obrigados a realizar todos e quaisquer atos e a assinar todos os documentos necessários para a formalização da Alienação das Ações ao Proponente.

JUCESP
11 02 22

Artigo 29. Obrigação de Venda Conjunta ("*Drag Along*"): Não havendo interesse dos Acionistas Ofertados e/ou da Companhia em exercer o direito de preferência ou o *Tag Along* (conforme Artigos 27 e 28 acima), e desde que as Ações Ofertadas a serem alienadas ao Proponente representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital social votante da Companhia, os Acionistas Ofertantes terão o direito de exigir que os Acionistas Ofertados alienem as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia que detiverem a referido Proponente.

Parágrafo 1º. A alienação das Ações de *Drag Along* deverá ser feita pelo mesmo preço por ação e nos mesmos termos e condições (inclusive de pagamento) da alienação das ações detidas pelos Acionistas Ofertantes constante da Proposta.

Parágrafo 2º. O *Drag Along* deverá ser exercido pelos Acionistas Ofertantes mediante o envio de notificação escrita para os Acionistas Ofertados no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo estipulado para o exercício do direito de preferência e/ou *Tag Along*.

Parágrafo 3°. O resultado do exercício do *Drag Along* deverá ser obrigatoriamente a alienação da totalidade das ações da Companhia (ordinárias e preferenciais) ao Proponente.

Parágrafo 4º. No caso de exercício do *Drag Along,* a alienação das ações de titularidade dos Acionistas Ofertados ao Proponente ocorrerá no mesmo prazo e

JUCESP
11 DE 23

condições da alienação das ações dos Acionistas Ofertantes ao Proponente, ficando os Acionistas envolvidos no *Drag Along* e a Companhia obrigados a realizar todos e quaisquer atos e a assinar todos os documentos necessários para a formalização da alienação das Ações de *Drag Along* ao Proponente.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela aplicação de legislação das Leis da República Federativa do Brasil e pela Diretoria se não for de competência da Assembleia Geral e enquanto não for formalizado o Conselho de Administração.

Art. 31. Caso haja autorização legislativa, a Diretoria poderá realizar as publicações determinadas pela Lei das Sociedades Anônimas de forma eletrônica e substituir os livros de que trata o Artigo 100 da Lei de Sociedades Anônimas por registros mecanizados e eletrônicas que tenha mesma função e permitam o acesso dos interessados.

Art. 32. Com vistas à otimização de custos, além dos órgãos oficiais, as publicações poderão ser feitas em jornal de grande circulação local, ainda que na forma eletrônica, conforme autoriza o art. 289, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades Anônimas, sempre com informação aos acionistas por meio de correspondência.

Art. 33. Qualquer disputa oriunda ou de qualquer forma relacionada a este Estatuto ou relativa à relação entre sócios e sociedade ou entre sociedade e sócios ou dos sócios entre si ou com relação a administradores, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, cumprimento, interpretação e/ou término, envolvendo qualquer das Partes e seus eventuais sucessores a qualquer título, será solucionada exclusiva e definitivamente por arbitragem, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Parágrafo 1º. O tribunal arbitral será composto de 3 (três) árbitros, que serão nomeados de acordo com o Regulamento.

Parágrafo 2º. A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil. O idioma da arbitragem será o português. A arbitragem será processada e julgada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, excluídos o julgamento por equidade e a solução por meio de amiable compositeur e Ex Aequo et Bono.

Parágrafo 3º. A arbitragem prosseguirá e será concluída à revelia de qualquer das partes se, devidamente notificada pela câmara de arbitragem, omitir-se de participar da arbitragem. Toda sentença arbitral será final e vinculará as Partes, conforme o caso, e seus cessionários e sucessores a qualquer título.

Parágrafo 4º. As partes poderão, nos termos da Lei de Arbitragem, pleitear

JUCESP
11 03 20

medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral que, assim que constituído, deverá pronunciar-se no sentido de manter, revogar ou modificar as medidas anteriormente decididas pelo Poder Judiciário. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral.

Parágrafo 5º. Fica eleita a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como exclusivamente competente para decidir qualquer medida judicial autorizada pela Lei de Arbitragem (incluindo a anulação e a execução da sentença arbitral), inclusive medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis. O requerimento de qualquer medida judicial não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de controvérsias entre as Partes.

Parágrafo 6º. Antes da constituição do tribunal arbitral, o CAM-CCBC será competente para decidir sobre a consolidação de procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste Acordo e/ou em quaisquer outros contratos e ele relacionados. Após sua constituição, essa competência será do tribunal arbitral, que poderá e for o caso, manter, revogar ou modificar a decisão anteriormente tomada pelo CAM-CCBC. Em qualquer caso, a consolidação somente poderá ocorrer se tais procedimentos disserem respeito à mesma relação jurídica, se as cláusulas compromissórias forem compatíveis e se o CAM-CCBC ou, se for o caso, o tribunal arbitral, entender que a consolidação não prejudicará o andamento das arbitragens. A competência para consolidação será do primeiro tribunal

arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as Partes.

Parágrafo 7º. As partes concordam que a arbitragem deverá ser mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem , aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por Lei ou por qualquer autoridade reguladora, bem como para eventuais medidas judiciais nos termos da Lei de Arbitragem, execução da sentença arbitral ou medidas coercitivas ou procedimento cautelar.

Parágrafo 8º. A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem, inclusive, mas não apenas, custos do CAM-CCBC, honorários dos árbitros e honorários de advogado (incluindo contratuais e de sucumbência e excluídos honorários de êxito), e decidirá qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre elas, considerando, para esse fim, a sucumbência de cada parte em relação aos seus respectivos pleitos no procedimento arbitral.

art. 1º, §2º, Lei nº 8.906/94

Gustavo Saad Diniz
Advogado
OAB/SP 165.133

PHELCOM TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

NIRE 35300586425

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024.

1. Data, hora e local: Realizada aos 15 dias do mês de outubro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, situada na Rua José Missali, 820, Pq Santa Felícia, na Cidade de São Carlos - SP, CEP: 13.562-405.

2. Presença: Fizeram-se presentes nesta assembleia os acionistas a seguir relacionados, identificados por seus documentos e com seus respectivos número de ações ordinárias com direito a voto.
   a. José Augusto Stuchi - CPF: 315.767.158-84 - 30.000 ações ordinárias
   b. Flávio Pascoal Vieira - CPF: 196.355.238-58 - 30.000 ações ordinárias
   c. Diego Lencione - CPF: 353.402.038-32 - 30.000 ações ordinárias

   Os presentes representam 100% do capital votante da companhia, situação na qual, fundamentada no Art 10-3 do estatuto social da companhia, fica dispensada a convocação e demais formalidades.

3. Composição da Mesa:
   a. Presidente: José Augusto Stuchi
   b. Secretário: Flávio Pascoal Vieira

4. Ordem do Dia:
   a. Eleição dos membros da diretoria da Companhia conforme Art 10 § c do estatuto da empresa.
   b. Deliberação sobre a destinação dos lucros líquidos e dividendos do exercício de 2023 conforme Art 10 § b

5. Deliberações:
   a. Os acionistas por unanimidade **aprovaram a reeleição dos membros da Diretoria**, a saber:

      i. **José Augusto Stuchi**, brasileiro, casado nascido em 27/05/1984, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.778.725-3, inscrito no CPF sob nº 315.767.158-84, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua

Flávio Diego

Passeio das Magnólias, 1041 - Parque Faber Castell 3, CEP: 13-561-381 para o cargo de **Diretor Executivo** com atribuições descritas no Art 14-a do Estatuto da Companhia.

ii. **Flávio Pascoal Vieira**, brasileiro, solteiro, nascido em 24/10/1985, Engenheiro Eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 44.325.069/8, inscrito no CPF sob nº 196.355.238-58, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Passeio das Palmeiras, 321, casa 152, Swiss Park, CEP: 13.561-410, para o cargo de **Diretor Financeiro e de Operações** com atribuições descritas no Art 14-b do Estatuto da Companhia.

iii. **Diego Lencione**, brasileiro, casado nascido em 04/07/1986, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 33.136.652-6, inscrito no CPF sob nº 353.402.038-32, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Passeio das Magnólias, 1041, Casa C21, Parque Faber Castell 3, CEP: 13-561-381 para o cargo de **Diretor de Tecnologia** com atribuições descritas no Art 14-c do Estatuto da Companhia.

b. Aprovadas por unanimidade as contas da diretoria, acompanhada das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31/12/2023. Em seguida, deliberou que 25% (vinte cinco por cento) do lucro acumulado no Balanço Patrimonial 2023 seja distribuído aos acionistas e o restante contabilizado em conta de contingência para projetos futuros - reserva de lucro.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente ata e depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Carlos, 15 de outubro de 2024

Presidente: Secretário:

José Augusto Stuchi

Flávio Pascoal Vieira

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
FLAVIO PASCOAL VIEIRA; JOSE AUGUSTO STUCHI.....
.....
Em test.º ____ da verdade
São Carlos, às 13:34:31 de 06/11/2024.
MARCELUS BIZERRO ESCREVENTE
Vlr. Recebido por firma R$ 16,44
Válido somente com selo de autenticidade, sem emendas ou rasuras.

112003 FIRMA 2 S20974AA0115837

Acionistas:

1º TABELIÃO DE NOTAS

José Augusto Stuchi

1º TABELIÃO DE NOTAS

Flávio Pascoal Vieira

1º TABELIÃO DE NOTAS

Diego Lencione

Testemunhas:

Nome: Alina Hassem
CPF: 255767788-47

Nome: Mário Sérgio da Costa
CPF: 365484348-46

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS
Márcio Campacci | Tab
R. Major José Inácio, 2156 - Centro - CEP: 13560-160 - São Carlos
whatsapp (16) 99714-1631 / www.1cartoriosaocarlos.
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
FLAVIO PASCOAL VIEIRA; JOSE AUGUSTO STUCHI; DIEGO LENCIONE.
Em testº ____da verdade
São Carlos, às 13:35:19 de 06/11/2024.
MATHEUS EUZEBIO - ESCREVENTE
Vlr. Recebido por firma R$ 24,68
Válido somente com selo de autenti
112003 FIRMA 1 S10974AA0469712
112003 FIRMA 2 S20974AA0115838

PHELCOM TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

NIRE 35300586425

Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento

Neste ato, **Diego Lencione**, brasileiro, casado nascido em 04/07/1986, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 33.136.652-6, inscrito no CPF sob nº 353.402.038-32, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Passeio das Magnólias, 1041, Casa C21, Parque Faber Castell 3, CEP: 13.561-381, eleito para ocupar o cargo de **Diretor de Tecnologia** da PHELCOM TECHNOLOGIES S.A., sociedade com sede na Rua José Missali, 820, Santa Felícia, na cidade de São Carlos - SP, CEP: 13.562-405 inscrita no CNPJ sob o nº 24.476.108/0001-13 conforme Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, toma posse do referido cargo, para exercer seu mandato por um período de 3 (três) anos findando-se em 15/10/2027, permitida a reeleição, nos termos do artigo 1479 da Lei nº 6.404/46 e do Estatuto Social, e declara, para os devidos fins e sob penas da lei, que não se encontra impedido de exercer cargos de administração, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. Por força da assinatura deste termo é investido em seu respectivo cargo, tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76, declara, ainda, que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

São Carlos, 15 de outubro de 2024.

1º TABELIÃO DE NOTAS

Diego Lencione

Diego Lencione

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS
Márcio Cam[illegible]
R. Major José Inácio, 2186 - Centro - CEP: 13[illegible]
whatsapp: (16) 99714-1631 / www.[illegible]
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
DIEGO LENCIONE
Em test[illegible] ___da verdade
São Carlos, às 13:36:11 de 06/11/2024.
MATHEUS EUZEBIO - ESCREVENTE
Vlr. Recebido por firma R$ 6,22
Valido somente com selo de autenticidade, sem emendas ou rasuras.
112003 FIRMA S10974AA0469713

PHELCOM TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

NIRE 35300586425

Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento

Neste ato, **José Augusto Stuchi**, brasileiro, casado, nascido em 27/05/1984, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.778.725-3, inscrito no CPF sob nº 315.767.158-84, residente e domiciliada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Passeio das Magnólias, 1041 - Parque Faber Castell 3, CEP: 13.561-381, eleito para ocupar o cargo de **Diretor Executivo** da PHELCOM TECHNOLOGIES S.A., sociedade com sede na Rua José Missali, 820, Santa Felícia, na cidade de São Carlos - SP, CEP: 13.562-405 inscrita no CNPJ sob o nº 24.476.108/0001-13 conforme Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, toma posse do referido cargo, para exercer seu mandato por um período de 3 (três) anos findando-se em 15/10/2027, permitida a reeleição, nos termos do artigo 1479 da Lei nº 6.404/46 e do Estatuto Social, e declara, para os devidos fins e sob penas da lei, que não se encontra impedido de exercer cargos de administração, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. Por força da assinatura deste termo é investido em seu respectivo cargo, tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76, declara, ainda, que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

São Carlos, 15 de outubro de 2024.

1º TABELIÃO DE NOTAS

José Augusto Stuchi

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS
Márcio Campacci | Tabelião
R. Major José Inácio, 2186 - Centro - CEP: 13560-181 - São Carlos/SP
whatsapp: (16) 99714-1631 | www.1tabelionatosaocarlos.not.br
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
JOSÉ AUGUSTO STUCHI
Em test° da verdade
São Carlos, as 13:36:59 de 06/11/2024.
MATHEUS LUZELO ESCREVENTE
Vlr. Recebido por firma R$ 8,22
112003 FIRMA 1
S10974AA0469714
Válido somente com selo de autenticidade, sem emendas ou rasuras

PHELCOM TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ nº 24.476.108/0001-13

NIRE 35300586425

Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento

Neste ato, **Flávio Pascoal Vieira**, brasileiro, solteiro, nascido em 24/10/1985, Engenheiro Eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 44.325.069/8, inscrito no CPF sob nº 196.355.238-58, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Passeio das Palmeiras, 321, casa 152, Swiss Park, CEP: 13.561-410, eleito para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro e de Operações** da PHELCOM TECHNOLOGIES S.A., sociedade com sede na Rua José Missali, 820, Santa Felícia, na cidade de São Carlos - SP, CEP: 13.562-405 inscrita no CNPJ sob o nº 24.476.108/0001-13 conforme Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, toma posse do referido cargo, para exercer seu mandato por um período de 3 (três) anos findando-se em 15/10/2027, permitida a reeleição, nos termos do artigo 1479 da Lei nº 6.404/46 e do Estatuto Social, e declara, para os devidos fins e sob penas da lei, que não se encontra impedido de exercer cargos de administração, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. Por força da assinatura deste termo é investido em seu respectivo cargo, tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76, declara, ainda, que receberá eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

São Carlos, 15 de outubro de 2024.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS

Flávio Pascoal Vieira

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS
Márcio Campacci
R. Major José Inácio, 2186 - Centro - CEP: 13560-160 - São Carlos/SP
whatsapp: (16) 99714-1633 | www.tcarlos.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
FLAVIO PASCOAL VIEIRA.
Em test° ____ da verdade
São Carlos, às 13:37:45 de 06/11/2024.
MAILE FRUZELO - ESCREVENTE
VF Recebido por firma R$ 8,22
Válido somente com selo de autenticidade, sem emendas ou rasuras.
Somente
112003
FIRMA 1
1110974AA0469715

001685

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
24.476.108/0001-13 **MATRIZ**		**28/03/2016**

NOME EMPRESARIAL
PHELCOM TECHNOLOGIES S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PHELCOM TECHNOLOGIES	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
26.60-4-00 - Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
26.51-5-00 - Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOSE MISSALI	**820**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
13.562-405	**PARQUE SANTA FELICIA JARDIM**	**SAO CARLOS**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@PHELCOM.COM	**(16) 8112-1165/ (65) 9123-9043**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/03/2016**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/02/2026** às **14:47:26** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PHELCOM TECHNOLOGIES S/A
CNPJ: 24.476.108/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:48:06 do dia 05/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/08/2026.
Código de controle da certidão: **9C1C.9A36.93AE.0329**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

001687

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 24.476.108/0001-13

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	26020434234-02
Data e hora da emissão	05/02/2026 14:49:02
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

001688

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 38698/2026

A Prefeitura Municipal de São Carlos

Através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, verificando os arquivos, CERTIFICA que PHELCOM TECHNOLOGIES S.A, CNPJ 24.476.108/0001-13, estabelecida à RUA JOSE MISSALI Nº 820 LOC.. 025 Q.. 031 L.. 20/21/22 - PT.A P SANTA FELICIA CEP 13562-405 SAO CARLOS SP, encontra-se inscrita junto ao Cadastro Mobiliário do Município sob inscrição Municipal nº 0070286, como contribuinte na atividade de PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS , nada devendo aos cofres Municipais ate a presente data. Fica ressalvado o direito da Prefeitura Municipal, de exigir a qualquer tempo, creditos tributarios que venham a ser apurados.

A presente é válida por 180 dias a partir da data de sua emissão, conforme Decreto 07/95.

Prefeitura Municipal de São Carlos, 04 de Fevereiro de 2026

CERTIDÃO IMPRESSA ELETRONICAMENTE NO DIA 04 de Fevereiro de 2026

001689

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.476.108/0001-13
Razão Social: PHELCOM TECHNOLOGIES S/A
Endereço: R JOSE MISSALI 820 / PARQUE SANTA FELICI / SAO CARLOS / SP / 13562-405

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/02/2026 a 22/03/2026

Certificação Número: 2026022105032838949790

Informação obtida em 09/03/2026 15:34:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

 001690

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PHELCOM TECHNOLOGIES S/A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.476.108/0001-13
Certidão nº: 8152882/2026
Expedição: 05/02/2026, às 14:50:44
Validade: 04/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PHELCOM TECHNOLOGIES S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.476.108/0001-13, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

001691

Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: 8aaf82f8-9a58-4d31-aa71-21f354f18768

Estabelecimento

IE: 637.400.781.111
CNPJ: 24.476.108/0001-13
Nome Empresarial: PHELCOM TECHNOLOGIES S/A
Nome Fantasia: PHELCOM TECHNOLOGIES
Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Fechada

Endereço

Logradouro: RUA JOSE MISSALI
Nº: 820 **Complemento:**
CEP: 13.562-405 **Bairro:** PARQUE SANTA FELICIA JARDIM
Município: SAO CARLOS **UF:** SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo **Data da Situação Cadastral:** 13/12/2016
Ocorrência Fiscal: Ativa **Posto Fiscal:** PF-10 - SÃO CARLOS
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO
Atividades Econômicas:
Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
Comércio varejista de outros artigos usados
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
Consultoria em tecnologia da informação
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 02/09/2025

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.51.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo